DocuSign Envelope ID: 5861E6A3-0192-496E-A481-4E7E11

Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A.

CNPJ 58.069.360/0001-20

Demonstrativo da Posição Financeira e Patrimonial Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante		334.998	232.686
Caixa e equivalentes de caixa	4	87.162	50.236
Contas a receber de clientes	5	194.728	143.168
Tributos a recuperar	6	28.847	19.337
Partes relacionadas	7	14.528	6.366
Outros ativos	8	9.733	13.579
Ativo não circulante		104.751	104.673
Contas a receber de clientes	5	1.426	8.384
Partes relacionadas	7	15.123	16.625
Outros ativos	8	13.981	16.080
IR e contribuição social diferidos	14	38.054	35.054
		68.584	76.143
Imobilizado	9	26.908	19.977
Intangível	10	7.644	5.730
Direito de uso	11	1.615	2.823
		36.167	28.530
Total do ativo		439.749	337.359

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		206.434	193.925
Fornecedores		10.284	14.617
Empréstimos e financiamentos	12	-	165
Partes relacionadas	7	15.709	20.618
Salários, benefícios e encargos sociais	13	135.889	114.766
Tributos a pagar	15	20.176	18.613
Passivo de arrendamento	11	773	1.071
Dividendos a pagar	18 (d)	15.239	-
Outros passivos	16	8.364	24.075
Passivo não circulante		78.292	81.517
Empréstimos e financiamentos	12	-	123
Tributos a pagar	15	2.871	4.423
Passivo de arrendamento	11	1.350	2.365
Provisão p/demandas judiciais e administrativas	17	72.312	70.512
Outros passivos	16	1.759	4.094
Patrimônio líquido		155.023	61.917
Capital social	18 (a)	10.000	10.000
Reservas de capital	18 (b)	11	11
Reserva legal	18 (c)	2.000	2.000
Reserva de lucros	18 (e)	143.012	49.906
Total do passivo e patrimônio líquido		439.749	337.359

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		10.000	11	2.000	88.558	-	100.569
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	119.868	119.868
Distribuição de dividendos	18 (d)	-	-	-	-	(158.520)	(158.520)
Transferência para conta de reserva de lucros		-	-	-	(38.652)	38.652	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		10.000	11	2.000	49.906	-	61.917
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	124.142	124.142
Distribuição de dividendos	18 (d)	-	-	-	-	(31.036)	(31.036)
Transferência para conta de reserva de lucros		-	-	-	93.106	(93.106)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		10.000	11	2.000	143.012	-	155.023

Demonstrações do Resultado

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	19	1.252.804	1.111.197
Custo dos serviços prestados	20	(887.159)	(768.248)
Lucro bruto		365.645	342.949
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	20	(40.921)	(30.949)
Gerais e administrativas	20	(197.023)	(165.212)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	9.170	7.831
Lucro operacional antes do resultado financeiro		136.871	154.619
Resultado financeiro líquido	21	7.111	(2.543)
Resultado antes do IR e da CS		143.982	152.076
IR e contribuição social correntes	14	(22.841)	(33.070)
IR e contribuição social diferidos	14	3.001	862
Lucro líquido do exercício		124.142	119.868

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	124.142	119.868
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	124.142	119.868

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		143.982	152.076
Ajustes no resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação do imobilizado	9	6.455	4.752
Amortização do intangível	10	6.880	5.906
Amortização do direito de uso	11	1.208	2.215
Juros por passivo de arrendamento	11	351	271
Baixa de imobilizado	9	3.897	792
Baixa de intangível	10	-	57
Provisão/(reversão) de perda para crédito liquidação duvidosa	5	1.501	(822)
Créditos incobráveis baixados		115	-
Baixa financiamento	12	(153)	(971)
Juros sobre empréstimos	12	64	162
Provisão p/demandas judiciais e administrativas	17	1.800	2.173
Provisão para contratos onerosos		(5.737)	-
Variação cambial, líquida		(1.192)	(236)
Atualização monetária tributos		(1.984)	(861)
Provisão ou reversão para bônus		(1.182)	3.442
Provisão parcelamentos tributários		-	5.864
Impostos diferidos		(3.000)	-
		153.005	174.820
Redução (aumento) nos ativos circulantes e não circulantes:			
Contas a receber de clientes		(45.939)	(40.641)
Tributos a recuperar		(7.526)	783
Outros ativos		572	42.740
Aumento (redução) nos passivos circulantes e não circulantes			
Fornecedores		(4.707)	6.183
Salários e encargos sociais		22.305	(16.428)
Tributos a pagar		(19.509)	(14.854)
Outros passivos		(17.218)	18.985
Pagamento de IR e contribuição social		(320)	(11.554)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais		80.663	160.034
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Pagamento pela aquisição de ativo imobilizado	9	(17.283)	(7.892)
Pagamento pela aquisição de ativo intangível	10	(8.794)	(6.442)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(26.077)	(14.334)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de principal sobre empréstimos AFIN	12	(135)	(429)
Pagamento de juros sobre empréstimos	12	(64)	(162)
Pagamento de principal de passivo por arrendamento	11	(1.313)	(2.541)
Pagamento de juros de passivo por arrendamento	11	(351)	(271)
Pagamento de dividendos	18 (d)	(15.797)	(158.520)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(17.660)	(161.923)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		36.926	(16.223)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		50.236	66.459
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		87.162	50.236

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A., fundada em 1987 e com sede na Avenida Marginal, 156, Jaguariuna - SP, é uma multinacional brasileira que tem por objeto a prestação de serviços na área de computação, manutenção, aulas, conferências, palestras, consultoria e assessoria, assistência técnica, desenvolvimento e programação de softwares e de sistemas aplicativos, locação e fornecimentos de mão de obra, pesquisa e inovação tecnológicas e telecomunicações.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram elaboradas com base no Real (R$) como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio de bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação e incertezas das transações envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Companhia. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 14 de agosto de 2023.

3. Resumo das principais políticas contábeis: As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. A seguir, apresentaremos um resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração. **3.1. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: **(i)** no mercado principal para o ativo ou passivo; ou **(ii)** na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita adiante, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorrerá transferência entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. **3.2. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** A Companhia adota o CPC 48 - instrumentos financeiros. Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **i) Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem principalmente, contas a receber de clientes e demais contas a receber, além de fornecedores e outras contas a pagar. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e **(i)** a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou **(ii)** a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasses, ela avalia se, e em quais medidas, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: **(i)** o valor do ativo; e **(ii)** o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconheceu uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **ii) Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamento a pagar e outros passivos. **Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos):** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado. **iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. **3.4. Contas a receber de clientes:** Um recebível representa o direito da Companhia a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). **3.5. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. **Incentivos fiscais:** A Companhia, mais uma vez, ao longo do ano-fiscal de 2022, realizou gastos com pesquisas e desenvolvimento que puderam ser enquadrados na Lei nº 11.196, mais conhecida como "Lei do Bem". Os gastos com pesquisa e desenvolvimento referem-se à pagamentos de mão-de-obra especializada dedicada a atividades de inovação tecnológica e desenvolvimento de softwares. Tal enquadramento permitiu à Companhia o aproveitamento do referido benefício, reduzindo sua base de cálculo para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). **Exposições fiscais:** Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no ativo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia e suas controladas a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. **3.6. Imobilizado - Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas na demonstração do resultado. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e utilizando-se as taxas aceitas pela legislação fiscal, que na avaliação da Administração refletem a vida útil estimada dos ativos. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 9. **3.7. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. **Pesquisa e desenvolvimento:** Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: **(i)** viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; **(ii)** intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; **(iii)** o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro; **(iv)** disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e **(v)** capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. **3.8. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.9. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **3.10. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **3.12. Receita de contrato com cliente:** A Companhia reconhece receitas à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, operacionalizado por um modelo de 5 passos para reconhecimento e mensuração: **(i)** Identificação de contratos com os clientes; **(ii)** identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos; e **(v)** reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho. A Companhia é uma prestadora de serviços de informática e atende aos critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes conforme regras contábeis vigentes. Suas receitas são reconhecidas à medida em que a Companhia atende suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação. Nos casos em que a Companhia tenha percorrido todas as obrigações de desempenho, mas que, por motivos diversos, o documento fiscal obrigatório não foi emitido, a Companhia realiza a apropriação da receita por meio de lançamentos contábeis específicos, revertendo-os quando da emissão do documento fiscal, respeitando, assim o princípio da Competência. Caso ocorram adiantamentos de valores pelo cliente, eles são apresentados como adiantamento de clientes (passivo circulante e não circulante) no balanço patrimonial. **3.13. Capital social - Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32. O capital social é composto por 10.000 ações e está totalmente subscrito e integralizado. Os dividendos são definidos em reunião dos acionistas, conforme estabelecido no estatuto social. **3.14. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **a) Previdência privada:** A Companhia não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes. **b) Participação nos lucros:** A Companhia possui plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus. A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado. **c) Benefício pós-emprego - planos de saúde:** A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. **3.15. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras, descontos obtidos e variações monetárias. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, descontos comerciais, variação cambial e juros sobre empréstimos. Os juros são reconhecidos no resultado do período utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros. **3.16. Conversão de moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. **3.17. Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros. **3.18. Adoção de novos padrões de contabilidade:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **i) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1):** As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. **ii) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12):** As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. **iii) Outras Normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia: • IFRS 17 Contratos de Seguros; • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2); e • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos - em moeda nacional	574	3.030
Aplicações financeiras de curto prazo **(*)**	86.588	47.206
Total	87.162	50.236

(*) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a Fundo de Renda Fixa remunerado pelas taxas que variam entre 83% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A exposição da Companhia a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota Explicativa nº 22.

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Duplicatas a receber (nacional)		
A vencer	148.700	99.677
Vencidos	27.279	20.520
Faturas não emitidas	27.257	36.767
Total	203.236	156.964
Duplicatas a receber (exterior)		
A vencer	2.714	2.883
Total	2.714	2.883
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(9.796)	(8.295)
Total	196.154	151.552
Ativo circulante	194.728	143.168
Ativo não circulante **(a)**	1.426	8.384
Total	196.154	151.552

(a) Retenções contratuais feitas por clientes, para assegurar o pagamento das verbas trabalhistas da contratada, a expectativa para recebimento é acima de 12 meses. Os títulos líquidos de provisão têm a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	178.787	139.327
Vencidos		
De 1 a 30 dias	8.629	3.816
De 31 a 60 dias	869	547
De 61 a 90 dias	966	515
De 91 a 180 dias	1.517	1.148
Acima de 180 dias	15.182	14.494
Total	205.950	159.847
PECLD	(9.796)	(8.295)
Total	196.154	151.552

A Companhia constitui a Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) considerando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas. A Companhia também constitui provisão de perdas esperadas para os títulos a receber de clientes que compõem a base de contas a receber em aberto. A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes em geral é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia ser diluída.

A movimentação desta provisão está demonstrada a seguir:

Mapa de movimentação da PECLD	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(8.295)	(9.117)
Provisão/reversão	(1.513)	822
Outros ajustes	12	-
Saldo final	(9.796)	(8.295)

6. Tributos a recuperar	31/12/2022	31/12/2021
IR e contribuição social retidos na fonte	28.783	19.206
INSS a recolher	62	130
Outros Impostos a recuperar	2	1
Total	28.847	19.337
Ativo circulante	28.847	19.337
Total	28.847	19.337

7. Partes relacionadas - 7.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A remuneração paga aos administradores durante o exercício de 2022 totalizou R$ 306, mesmo valor da remuneração paga no ano anterior (2021). **7.2. Saldos ativos com partes relacionadas:** Os saldos ativos com partes relacionadas em 31 de dezembro dos respectivos anos são relativos a transações com Companhias do grupo conforme demonstrado a seguir:

Parte relacionada	Natureza das operações	31/12/2022	31/12/2021
Stefanini EUA	Prestação de Serviços	7.491	4.999
Stefanini NV/AS	Prestação de serviços	-	65
Stefanini Mexico	Prestação de serviços	3.623	1.303
Stefanini Chile	Prestação de serviços	162	-
Stefanini It Solutuins Peru SAC	Prestação de serviços	490	524
IHM Engenha e Siste de Auto Ltda.	Mútuo (*)	2.500	2.500
Uztech Soluções e Informática as	Mútuo (*)	2.000	2.000
Stefanini Networking Consultoria Informática	Prestação de serviços	1.478	-
Stefanini Romênia SRL	Prestação de serviços	53	-
Stefanini Capital Market	Prestação de serviços	479	-
Stefanini Comércio de Produtos de Informática	Prestação de serviços	551	-
TPZ Soluções	Prestação de serviços	560	-
Orbitall	Prestação de serviços	10.102	11.570
Other		162	30
Total		29.651	22.991
Ativo circulante		14.528	6.366
Ativo não circulante		15.123	16.625

(*) Os contratos de mútuos entre empresas do grupo incidem, à título de remuneração, a taxa correspondente a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). **7.3. Saldos passivos com partes relacionadas:** Os saldos passivos com partes relacionadas em 31 de dezembro dos respectivos anos são relativos a transações com Companhias do grupo conforme demonstrado a seguir:

Parte relacionada	Natureza das operações	31/12/2022	31/12/2021
Stefanini Networking Consult. In	Prestação de serviços	12.837	12.840
STF Rafael Segurança e Defesa	Prestação de serviços	1.001	5.917
Stefanini NV	Prestação de serviços	1.789	1.642
Stefanini Chile	Prestação de serviços	-	219
Top System Brasil	Prestação de serviços	77	-
Other		5	-
Total		15.709	20.618
Passivo circulante		15.709	20.618
Passivo não circulante		-	-

7.4. Partes relacionadas - resultado

Parte relacionada	Natureza das operações	31/12/2022	31/12/2021
Stefanini EUA	Receita de serviços	26.524	21.731
Stefanini México	Receita de serviços	3.183	4.528
Stefanini Itália	Receita de serviços	329	1.086
Stefanini Hungary	Receita de serviços	532	579
Stefanini NV/SA	Receita de serviços	864	524
Stefanini Netherlands	Receita de serviços	-	28
Stefanini NV	Receita de serviços	270	247
Stefanini Chile	Receita de serviços	365	17
Stefanini Romenia	Receita de serviços	99	-
Total		32.166	28.740

8. Outros ativos	31/12/2022	1/12/2021
Adiantamento a funcionários e adiantamento de férias	3.681	2.800
Despesas antecipadas - serviços	1.990	2.037
Adiantamento para fornecedores	675	189
Garantias e cauções **(*)**	4.199	11.786
Depósitos judiciais	12.745	12.367
Outros. **(**)**	424	480
Total	23.714	29.659
Ativo circulante	9.733	13.579
Ativo não circulante	13.981	16.080

(*) Garantias e cauções são retenções para assegurar o pagamento das verbas trabalhistas da contratada; e **(**)** Refere-se a adiantamentos de viagens, aluguéis a receber e outros créditos.

9. Imobilizado

	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Depreciação acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Computadores e eletrônicos	53.928	(30.813)	**23.115**	**12.282**
Veículos	178	(178)	**-**	**3**
Móveis e utensílios	6.955	(5.252)	**1.703**	**2.095**
Instalações, máquinas e equiptos	8.209	(7.272)	**937**	**1.474**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.428	(275)	**1.153**	**4.123**
Total	70.698	(43.790)	26.908	19.977

As movimentações nos saldos do imobilizado para os anos de 2022 e 2021 estão descritas a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Computadores e eletrônicos	**39.708**	16.370	(2.150)	**53.928**
Veículos	**178**	-	-	**178**
Móveis e utensílios	**7.006**	116	(167)	**6.955**
Instalações, máquinas e equipamentos	**8.368**	8	(167)	**8.209**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**5.335**	788	(4.695)	**1.428**
Total	60.595	17.282	(7.182)	70.698

Depreciação acumulada	Taxa anual depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Computadores e eletrônicos	20,0%	**(27.426)**	(5.266)	1.879	**(30.813)**
Veículos	20,0%	**(175)**	(3)	-	**(178)**
Móveis e utensílios	10,0%	**(4.911)**	(473)	132	**(5.252)**
Instalações, máquinas e equipamentos	10,0%	**(6.894)**	(498)	120	**(7.272)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	**(1.212)**	(215)	1.152	**(275)**
Total		(40.618)	(6.455)	3.283	(43.790)

(*) Conforme o prazo de vigência de cada contrato de aluguel.

	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Computadores e eletrônicos	**34.198**	7.858	(2.348)	**39.708**
Veículos	**287**	-	(109)	**178**
Móveis e utensílios	**7.097**	25	(116)	**7.006**
Instalações, máquinas e equipamentos	**8.474**	8	(114)	**8.368**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**5.334**	1	-	**5.335**
Total	55.390	7.892	(2.687)	60.595

Depreciação acumulada	Taxa anual depreciação	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Computadores e eletrônicos	20,0%	**(25.614)**	(3.476)	1.664	**(27.426)**
Veículos	20,0%	**(276)**	(8)	109	**(175)**
Móveis e utensílios	10,0%	**(4.425)**	(525)	39	**(4.911)**
Instalações, máquinas e equipamentos	10,0%	**(6.447)**	(530)	83	**(6.894)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	**(999)**	(213)	-	**(1.212)**
Total		(37.761)	(4.752)	1.895	(40.618)

Revisão da vida útil: A Companhia avaliou a vida útil econômica de todos os itens que compõem seu ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2022, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior. **Revisão do *impairment*:** A Companhia não identificou indicadores de não recuperação para seu ativo imobilizado.

10. Intangível

	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Amortização acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Software	16.515	(8.871)	**7.644**	**5.730**
Total (*)	16.515	(8.871)	7.644	5.730

A movimentação nos saldos do custo do ativo intangível para os anos de 2022 e 2021 está descrita a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Adição (*)	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Software	26.715	8.794	(18.994)	-	16.515
Total	26.715	8.794	(18.994)	-	16.515

	Saldo em 31/12/2020	Adição (*)	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Software	20.415	6.443	(143)	-	26.715
Total	20.415	6.443	(143)	-	26.715

(*) Na demonstração de fluxo de caixa, estão sendo consideradas como atividades de investimentos apenas as adições que tiveram desembolso de caixa. A movimentação nos saldos da amortização do ativo intangível para os anos de 2022 e 2021 está descrita a seguir:

Amortização acumulada	Taxa anual amortização	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixa	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Software	10 a 20%	(20.985)	(6.880)	18.994	-	(8.871)
Total		(20.985)	(6.880)	18.994	-	(8.871)

Amortização acumulada	Taxa anual amortização	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Software	10 a 20%	(15.164)	(5.906)	85	-	(20.985)
Total		(15.164)	(5.906)	85	-	(20.985)

Revisão da vida útil: A Companhia avaliou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo intangível e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2022, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior. **Revisão do *impairment*:** A Companhia não identificou indicadores de não recuperação para seu ativo intangível. **11. Direito de uso e passivo por arrendamento: 11.1. Direito de uso:** A seguir, os valores contábeis dos ativos de direito de uso e os movimentos durante o período:

	Arrendamento de propriedade	Máquinas e equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2021	2.539	284	2.823
Amortização **(*)**	(1.038)	(170)	(1.208)
Em 31 de dezembro de 2022	1.501	114	1.615

(*) Taxa média de depreciação anual 10 a 33%. Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 e 2021, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. **11.2. Passivo por arrendamento:** A seguir, os valores contábeis dos passivos por arrendamento e os movimentos durante o período:

	Taxa	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamento de propriedade	9,50% a 11,51%	1.856	2.978
Arrendamento de equipamentos	2,41% a 2,55%	267	458
Total	-	2.123	3.436
Passivo circulante	-	773	1.071
Passivo não circulante	-	1.350	2.365

As movimentações nos passivos de arrendamento a pagar são:

	Propriedades	Equipamentos	Total passivo
31 de dezembro de 2021	2.978	458	**3.436**
Pagamentos principal	(1.122)	(191)	**(1.313)**
Pagamentos de juros	(241)	(110)	**(351)**
Atualização de juros	241	110	**351**
31 de dezembro de 2022	1.856	267	**2.123**

Em 31 de dezembro de 2022, os arrendamentos possuem prazo médio de pagamento de 5,4 anos (31 de dezembro de 2022 - 5,3 anos). Os pagamentos futuros e o valor presente dos pagamentos de arrendamento a pagar são apresentados a seguir:

Período	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	1.663
2023	993	993
2024	566	566
2025	346	346
2026	334	334
2027	418	418
Pagamento de arrendamento	2.657	4.320
Encargos financeiros	(534)	(884)
Valor presente dos pagamentos de arrendamento	2.123	3.436

12. Empréstimos e financiamentos

Tipo	Encargos	Taxa efetiva	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Daycoval	TJLP+ 14,27% a.a.	7,397% a.a.	15-02-22	-	288
Total				-	288
Passivo circulante				-	165
Passivo não circulante				-	123

Os contratos de empréstimos vigentes não possuem bens em garantia. Os empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas de *covenant*. A amortização do saldo ocorrerá conforme cronograma a seguir:

Período	31/12/2022	31/12/2021
2021		
2022	-	137
2023	-	149
2024	-	75
Total pagamentos futuros dos arrendamentos	-	361
Encargos	-	(73)
Valor presente do passivo de arrendamento	-	288

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	288	1.688
Encargos financeiros	64	(162)
Encargos financeiros pagos	(64)	162
Baixa	-	(971)
Transferência **(*)**	(153)	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(135)	(429)
Saldo final	-	288

(*) Refere-se à migração de contratos em aberto para outra empresa do Grupo.

13. Obrigações trabalhistas	31/12/2022	31/12/2021
Provisão férias, 13º salário e encargos	65.593	52.295
Salários a pagar	22.781	25.146
Provisão para dissídio	13.059	8.021
Assistência médica e odontológica a pagar	3.532	2.786
Provisão para bônus e PLR	7.854	9.277
INSS a recolher	6.281	6.112
FGTS a recolher	6.027	4.605
Contribuição previdenciária s/ receita bruta	7.407	5.178
Outras obrigações trabalhistas	3.355	1.346
Total	135.889	114.766

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(22.841)	(33.070)
Imposto diferido sobre o lucro do exercício	3.001	862
Despesa de IR e contribuição social	(18.840)	(32.208)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2022
Resultado antes do IR e contribuição social	143.982	152.076
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
IR e contribuição social pela alíquota de 34%	(48.953)	(51.706)
Diferenças permanentes		
Pesquisa e desenvolvimento	29.465	20.899
Doações, multas e outras despesas	(747)	(1.531)
Outras adições/exclusões	(3.041)	(96)
Efeito do IR adicional/ PAT	435	226
Despesa de imposto de renda para taxa efetiva	(22.841)	(32.208)
Alíquota efetiva	(15,86%)	(21,18%)

b) Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos em situação temporária são demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	3.330	2.820
Provisões (demandas judiciais e contratos onerosos)	24.586	28.872
Outras provisões	10.138	3.362
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos (ativo)	38.054	35.054

15. Tributos a pagar	31/12/2022	31/12/2021
Cofins	1.688	729
PIS	365	157
ISS	1.554	1.191
IR retido na fonte	11.510	9.547
Impostos parcelados	4.397	5.950
IOF	610	610
Provisão de impostos para receitas não faturadas	2.628	4.516
Outros impostos	295	336
Total	23.047	23.036
Passivo circulante	20.176	18.613
Passivo não circulante	2.871	4.423

16. Outros passivos	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para contratos onerosos	-	5.737
Receita diferida - antecipação de clientes	5.144	19.878
Antecipações de clientes - créditos	831	776
Aluguéis a pagar	78	151
Acordos trabalhistas a pagar	557	-
Outras contas	3.513	1.627
Total	10.123	28.169
Passivo circulante	8.364	24.075
Passivo não circulante	1.759	4.094

17. Provisão para demandas judiciais e administrativas: Em 31 de dezembro de 2022, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos mantém a provisão constituída no total de R$ 72.312 (R$ 70.512 em 31 de dezembro de 2021).

Movimentação	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	55.357	13.213	1.942	70.512
Provisão	-	7.115	634	**7.749**
Reversões	(5.488)	(460)	-	**(5.949)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	49.869	19.868	2.576	72.312

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R$ 35.603 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 17.821 em 31 de dezembro de 2021), para os quais nenhuma provisão foi constituída uma vez que a Administração avalia que não seja mais provável do que não uma obrigação presente na data-base.

18. Patrimônio líquido - a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 o capital integralizado era de R$ 10.000 (R$ 10.000 em 2021) representado por 10.000 ações ordinárias (10.000 ações ordinárias em 2021). O capital social é representado por ações autorizadas, subscritas e inteiramente integralizadas, sem valor nominal e está dividida da seguinte forma: Stefanini Participações S.A, 9.999 ações (9.999 ações em 2021) e, Marco Antônio Silva Stefanini, 0.001 ações (0.001 ações em 2021). **b) Reservas de capital:** A reserva de capital é de R$ 11 em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **c) Reserva legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com parágrafo 1º do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Companhia não constituiu a reserva legal pois o montante das reservas legais, acrescidas das reservas de capital excederam o percentual de 30% do capital social. **d) Dividendos:** Conforme previsto em estatuto social, a Companhia reconhece dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido do exercício, exatamente após a constituição de reservas obrigatórias. Desta forma, considerando o valor do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu em 2022 o montante de R$ 31.036 relacionado a dividendos mínimos obrigatórios, dos quais R$ 15.797 foram pagos aos sócios ao longo de 2022 e R$ 15.239 encontram-se provisionados no passivo circulante em 31 de dezembro de 2022. Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram pagos R$ 158.520 aos sócios da Companhia, sendo esse valor, superior a 25% do lucro líquido do exercício do mesmo ano.

e) Reserva de lucros

Fonte dos recursos	31/12/2022	31/12/2021
Saldo da conta de reserva de lucros após movimentação da conta de lucros acumulados	143.012	49.906
Total das fontes	143.012	49.906

19. Receita operacional líquida: A seguir apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

Receita bruta operacional	31/12/2022	31/12/2021
Receita de serviços	1.398.998	1.216.887
Receita locação de equipamentos	3.751	25.831
Receita de licenças de softwares	3.261	7.805
Total	1.406.010	1.250.523

Deduções sobre vendas	31/12/2022	31/12/2021
PIS	(10.851)	(9.367)
Cofins	(48.139)	(45.131)
ISS	(32.875)	(31.332)
INSS	(58.555)	(49.957)
Cancelamentos	(2.786)	(3.539)
Total	(153.206)	(139.326)
Receita operacional líquida	1.252.804	1.111.197

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais que 10% da receita dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

20. Custos, despesas e outras despesas / receitas

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(851.378)	(686.174)
Encargos trabalhistas	(80.972)	(98.253)
Custo com materiais, licenças, entre outros	(38.972)	(49.147)
Serviços de terceiros	(108.701)	(84.446)
Acordos trabalhistas	(12.637)	(9.002)
Depreciação e amortização (Notas Explicativas nºs 09 e 10)	(13.335)	(10.659)
Viagens e estadias	(2.652)	(907)
Depreciação direito de uso (Nota Explicativa nº 11)	(1.208)	(2.215)
Despesas tributárias	(1.868)	(5.707)
Manutenção e conservação	(1.705)	(2.081)
Propaganda e publicidade	(2.516)	(1.573)
Perda com créditos liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 05)	(1.628)	822
Aluguéis	(2.072)	(1.500)
Provisão para contingências	(2.372)	(2.173)
Provisão para perdas em contratos onerosos	5.737	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	-
Outros	346	(3.562)
Total	(1.115.933)	(956.577)
Função		
Custo dos serviços prestados	(887.159)	(768.247)
Despesas com vendas	(40.921)	(30.949)
Despesas gerais e administrativas	(197.023)	(165.212)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	9.170	7.831
Total	(1.115.933)	(956.577)

21. Resultado financeiro, líquido	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	6.197	1.387
Juros ativos	551	404
Descontos obtidos	1.574	350
Variação monetária ativa	1.984	861
Receita de aplicações financeiras	3.152	1.987
Outras receitas	14	-
Total	13.472	4.989
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva	(5.005)	(1.151)
Juros passivos	(180)	(3.218)
Desconto concedido	(332)	(1.728)
Juros s/empréstimos e financiamentos	(388)	(390)
Outras despesas	(311)	(353)
Despesas bancárias	(125)	141
Multas e moras	(20)	(833)
Total	(6.361)	(7.532)
Resultado financeiro líquido	7.111	(2.543)

22. Gestão de riscos financeiros - a) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de suas controladas de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento. A Companhia possui uma carteira de clientes muito diversificada com baixo nível de concentração, onde o maior cliente representa apenas 18,33% da receita recorrente. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição máxima referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e as contas a receber está representada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4)	574	3.030
Aplicações financeiras	86.588	47.206
Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 5)	196.154	151.552
Total	283.315	201.788

b) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	10.285	-	-	-	**10.285**
Passivo de arrendamento (Nota Explicativa nº 11)	793	452	878	-	**2.123**
Outros passivos (Nota Explicativa nº 16)	8.364	1.759	-	-	**10.123**
Total	19.642	2.325	1.098	-	23.065

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para arrendamento a pagar e contas a pagar por aquisição de controladas. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **c) Risco de mercado - Risco de taxas de juros e inflação:** O risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. A exposição deste risco está demonstrada na análise da sensibilidade a seguir. **d) Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. **e) Gestão de capital:** A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de proteger a sua capacidade operacional, mantendo uma estrutura de capital que possa oferecer o maior retorno possível aos seus acionistas, no entanto sem que isto a onere. De forma similar ao mercado, a Companhia monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total. **f) Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia.

	31/12/2022		31/12/2021	
Ativos financeiros	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4)	574	-	3.030	-
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 4)	86.588	-	47.206	-
Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 5)	-	196.154	-	151.552
Outros ativos (Nota Explicativa nº 8)	-	23.714	-	29.659
Total	87.162	219.868	50.236	181.211
Passivos financeiros				
Fornecedores	-	10.284	-	14.617
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	-	-	-	288
Arrendamento a pagar (Nota 11)	-	2.123	-	3.436
Outros passivos (Nota 16)	-	10.123	-	28.169
Total	-	22.530	-	46.510

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores justos. • Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos; e • Empréstimos e financiamentos, arrendamentos mercantis e contas a pagar por aquisições são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais. A Companhia utiliza técnicas de avaliação apropriadas com o auxílio de dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para esses ativos. **g) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação de indicadores de inflação para reajuste de contas de clientes e CDI para aplicações financeiras. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 3 cenários para risco de diminuição do CDI. Com base no índice de dezembro de 2022 e 2021, de 12,42% e 4,42%, respectivamente, e este definido como cenário provável; a partir deste, foram simuladas variações de 25% e 50%.

Operação	Saldo em 31/12/2022	Indexador	Risco	Cenário I - Provável (a)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	86.588	CDI	Diminuição do CDI	10.754	8.068	5.377
Total				12,42%	9,32%	6,21%

(a) Fonte: Bacen - Banco Central do Brasil.

23. Transações sem efeito caixa: A constituição em 31 de dezembro de 2022, do montante de R$ 15.239, relacionado a "dividendos mínimos obrigatórios", conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18 (d), é uma transação não caixa e, portanto, foi excluída da demonstração de fluxos de caixa.

24. Eventos subsequentes - Julgamento temas 881 e 885 pelo Supremo Tribunal Federal: Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que uma decisão definitiva favorável as empresas sobre tributos recolhidos de forma continuada perderão seu efeito caso posteriormente o STF a julgue de forma contrária. A Companhia avaliou o tema julgado nesta decisão que abrange a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido e informa que recolhe regularmente essa a contribuição. A Companhia também avaliou outros tributos que se porventura possam se enquadrar na definição contida na decisão proferida e não identificou causas com trânsito em julgado favorável que poderiam vir a ser rediscutidas no futuro e portanto, nenhum impacto contábil ou de divulgação está sendo apresentado. **Pagamento de dividendos:** A Companhia pagou, até a data de emissão das presentes demonstrações contábeis, o montante de R$ 71.729 relacionado a dividendos.

Marco Antônio Silva Stefanini - Diretor-Presidente
Luiz Carlos de Marques Aguiar - Diretor Financeiro
Ricardo Ribas Lima - Contador - MG-071261/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A. - São Paulo - SP

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Operações com partes relacionadas - Conforme Nota Explicativa nº 7, a Companhia possui transações com partes relacionadas, empresas do mesmo grupo econômico, do qual a Companhia faz parte, principalmente, transações operacionais e financeiras. Essas transações foram contratadas em condições comerciais definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes - As demonstrações contábeis da Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e apresentadas para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 14 de julho de 2022, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas; Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

GrantThornton São Paulo, 14 de agosto de 2023
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1
Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://flip.gazetasp.com.br